

4.1.1. Os pagamentos serão realizados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal, desde que caracterizado o recebimento definitivo dos serviços, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela contratada ou outro método de pagamento acordado.

4.1.1.1. Setor competente da CONTRATANTE a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados.

4.1.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.1.2. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento e ou de penalidades aplicadas em definitivo, conforme disposição legal.

4.1.2.1. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.1.3. Dos valores apresentados serão deduzidos as retenções legais sob responsabilidade do CONTRATANTE.

4.1.4. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas ao CONTRATANTE, em 3 (três) vias, conforme rateio informado no Termo de Referência, a qual deverá ser visada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.1.5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do Município, tomador dos serviços referentes à presente contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nas alíneas "a" e "b", supra, conforme determinações do INSS.

4.2.7. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas nos valores a serem recebidos pela empresa ou inexistindo estes por meio dos meios cabíveis aplicáveis.


#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

##### 5.1. DO LOCAL:

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482







5.1.1. Os serviços serão executados dentro do território do CONTRATANTE compreendendo zona urbana, zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos). O serviço de manutenção deverá ser executado diariamente, conforme solicitações dos Municípios, do Município ou dos Serviços de Ronda.

## 5.2. DOS PRAZOS:

5.2.1. Quanto aos serviços de manutenção do sistema de IP, o prazo para recuperação de qualquer ponto com defeito no perímetro urbano da cidade será de até **120 (cento e vinte) horas** contando do recebimento da reclamação por contribuintes ou da solicitação do Município. Na zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos) será de até **168 (cento e sessenta e oito) horas**.

### 5.2.2. Detalhamento quanto aos PRAZOS PARA ATENDIMENTO:

a) **120 (cento e vinte) horas** a partir do recebimento da solicitação para executar os serviços de Manutenção Corretiva, podendo o Município solicitar atendimento em **48 (quarenta e oito) horas úteis** em até 10% (dez por cento) das solicitações recebidas diariamente.

b) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para o lançamento no sistema informatizado após a execução dos Serviços de Manutenção.

c) **72 (setenta e duas) horas úteis** para a substituição ou correção de posição ou instalação de ponto de IP a partir da constatação pela ronda ou solicitação do Município.

d) **240 (duzentos e quarenta) horas úteis** para os Serviços de Manutenção Preventiva, podendo ser ampliado a critério exclusivo do Município.

e) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em região central ou bairro.


f) **48 (quarenta e oito) horas úteis** para correção de ponto isolado aceso durante o dia em região central ou bairro.

g) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais acesos durante o dia em região central ou bairro.

h) **168 (cento e sessenta e seis) horas** para correção de ponto isolado apagado durante a noite em zona rural ou aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

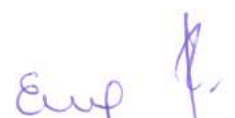
i) **96 (noventa e seis) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em zona rural ou aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

5.2.2.1. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste item fará jus a Multa pecuniária nos termos do previsto no item 13 deste Edital, quando não se constituir em outras penalidades.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482









### 5.3. Prazo para levantamento do cadastro dos pontos de IP:

5.3.1. O prazo para Levantamento Completo e relato ao CONTRATANTE, para que esta efetue a Implantação no Sistema Informatizado do Cadastro completo dos Pontos de IP existentes na cidade, será de **até 90 (noventa) dias** após a data de emissão da Ordem de Serviço.

### 5.4. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.4.1. Caso, ao final da execução, a aceitação da obra esteja vinculada ao recebimento da mesma por parte da Concessionária Local, a garantia da obra e qualquer adequação por ela imposta, estará sujeita às normas e exigências da concessionária e à Legislação em vigor.

5.4.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para o CONTRATANTE.

5.4.3. Todos os serviços executados pela contratada no Sistema de Iluminação Pública deverão ser garantidos nos prazos da Legislação vigente, contados a partir da data de conclusão e consequente aceitação.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 6.1 - Obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer mão de obra qualificada e compatível com os serviços contratados. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer ferramental necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva).

6.1.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas sistema elétrico em observância às regulamentações atinentes aos serviços.

6.1.3. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, dentro dos padrões de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade.

6.1.4. Respeitar as normas estabelecidas pela Concessionária Local e Órgãos Municipais.

6.1.5. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CIDES, ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

6.1.6. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto, que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela CONTRATADA. Competirá, igualmente à CONTRATADA, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução

Alexandro de Souza Parva  
OAB/MG nº 148.482

Santos

J

Emp

dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

**6.1.7.** Cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

**6.1.8.** Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais.

**6.1.9.** Resguardar o CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

**6.1.10.** Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

**6.1.11.** Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o CONTRATANTE e com o CIDES, acatando as orientações e decisões da Fiscalização.

**6.1.12.** Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de serviços que possam afetar tal deslocamento.

**6.1.13.** Garantir a posse de todos equipamentos, materiais, veículos e pessoal indicados no Termo de Referência deste procedimento.

**6.1.14.** Fornecer ao Setor competente do CONTRATANTE, um planejamento detalhado da execução dos serviços.

**6.1.15.** Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão de obra necessária à prestação de todos os serviços. Os materiais deverão obedecer às especificações contidas nas normas técnicas do setor, podendo o Setor competente do CONTRATANTE realizar vistoria antes da utilização dos mesmos no emprego dos serviços a serem desenvolvidos.

**6.1.16.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.


#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**7.1.** Indicar servidor para funcionar como interlocutor junto à empresa contratada.

**7.2.** Nomear servidor para fiscalização do contrato.

**7.3.** Efetuar os pagamentos nas formas e condições aprezadas.

**7.4.** Fornecer os documentos e informações necessárias aos desenvolvimentos dos serviços.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482







7.5. Garantir a contratação a fidelidade das informações e acesso a documentação técnica para que os serviços se desenvolvam sem percalços.

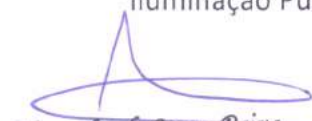
#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CIDES

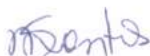
8.1. O CIDES nomeará um responsável técnico, ao qual será designado as seguintes atribuições:


- a) Acompanhamento, por amostragem, dos trabalhos realizados pela Contratada;
- b) Realizar visitas periódicas aos Municípios para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, mediante emissão de relatório técnico, o qual deverá ser encaminhado tanto para o Município como para a Contratada;
- c) Emitir comunicados, notificações e advertências à Contratada no caso dos serviços prestados estarem em desacordo com as condições pactuadas, sugerindo prazo para o saneamento das inconformidades não atestadas/encontradas pelo preposto do Município;
- d) Realizar, mediante agendamento prévio, encontros/reuniões técnicas juntamente com os prepostos do Município e da Contratada com vistas à otimização dos recursos disponibilizados e obtenção de melhorias técnicas na execução dos serviços;
- e) Atuar junto ao Município e à Contratada para o saneamento de dúvidas técnicas e fornecimentos sugestões no que tange ao acompanhamento da execução do contrato;
- f) Responder a consultas de aspectos técnicos realizadas pelo Município referentes à execução dos serviços contratados via e-mail ou telefone;
- g) Quando necessário e solicitado pelo Município, emitir pareceres técnicos referentes à execução dos serviços contratados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data do envio do pedido, de forma que os pedidos só poderão ser feitos formalmente pela Município (fax ou e-mail);
- h) Mediante solicitação e agendamento prévio do Município, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, comparecer ao Município para acompanhamento da execução dos serviços prestados pela Contratada;
- i) Elaborar relatório mensal de todas as atividades desenvolvidas, os quais deverão ser entregues ao Município em até 5 (cinco) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. POR FALHAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (ÍNDICE DE FALHAS) - PENALIDADES POR VIOLAÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE: sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes multas por violação dos Índices de Qualidade, após um período mínimo de 90 (noventa) dias do início do gerenciamento completo do Sistema de Iluminação Pública no CONTRATANTE.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482





9.2. Pelo não atendimento a um item de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 20 (vinte) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.3. Pelo não atendimento a dois itens de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 25 (vinte e cinco) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.4. Pelo não atendimento a três itens de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.5. Pelo não atendimento ao item de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Continuidade da Iluminação: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.6. Pelo não atendimento dos prazos previstos no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, relativo à Qualidade da Intervenção na Rede de iluminação: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência, para cada violação.

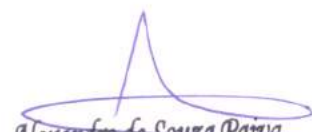
9.6.1 - As Multas pecuniárias descritas neste item não isentam a CONTRATADA de receber outras penalidades ou sanções administrativas de acordo com os procedimentos adotados pelo Município e com o Diploma Legal pertinente.

#### 9.7 - De Outras Penalidades ou Sanções Administrativas:

9.7.1 - Pela inexecução, total ou parcial, do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

a) multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada esta a 5 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a CONTRATANTE correspondente pelo prazo de 1 (um ano);

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482







c) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a CONTRATANTE correspondente pelo prazo de 2 (dois anos).

9.7.2 - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

9.7.3 - Pela recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, inaplicável aos licitantes convocados nos termos do parágrafo 2º, do artigo 64, da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.8 - O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) Pedido de concordata, falência ou dissolução da CONTRATADA;
- c) Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso do CONTRATANTE;
- d) Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato.

9.9 - O CONTRATANTE poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.10 - As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

9.11 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

9.12 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

9.13 - As demais sanções são de competência exclusiva da autoridade superior do órgão de fiscalização do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RELATÓRIOS

10.1 - A empresa contratada deverá apresentar até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, ou quando solicitada, a cada Município individualmente e ao CIDES, relatório mensal contendo:

- a) Quantidade de Pontos de IP mantidos com identificação dos locais durante o mês;

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

- b) Quantidade de atendimentos de solicitações para manutenção de Pontos de IP lançados no sistema pelo Call Center através de reclamações recebidas durante o mês;
- c) Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados por ronda da própria CONTRATADA durante o mês;
- d) Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados pela própria Fiscalização e por esta solicitados durante o mês;
- e) Quantidade em estoque no Almoxarifado da CONTRATADA de material novo a ser aplicado na data;
- f) Quantidade em estoque no Almoxarifado da CONTRATADA de material retirado a disposição do Município na data;
- g) Quantidade de material Classe I nocivo ao meio ambiente que foi retirado para acondicionamento e destinação final na data;
- h) Quantidade de pontos recuperados de IP através de limpeza e manutenção corretiva em luminárias durante o mês;
- i) Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.
- j) Todos os insumos que originam relatórios deverão ficar à disposição da Fiscalização, para conferência "in loco".

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO DO CONTRATO

12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

12.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

12.2. É vedada a cessão deste contrato sem expressa e justificada anuência do CONTRATANTE.

12.3. Somente será permitida a cessão em casos de interesse público.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482





**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Monte Alegre de Minas-MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Monte Alegre de Minas-MG, 20 de dezembro de 2014.

  
RODRIGO DE ALVIM MENDONÇA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

  
PP. SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

Testemunha 1

Ass.: Eu Pedhosa  
Nome: Ecione E. M. Pedhosa  
C.I.: 7133837 - SSP MG  
CPF: 060329166-05

Testemunha 2

Ass.: Rayone Santos  
Nome: Rayone Santos  
C.I.: RG: 11.867.697/SSP.MG  
CPF: 064.917.266-30



CONTRATO Nº 206/2014 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA ENGLOBALDO O PERÍMETRO URBANO, ZONA RURAL E AGLOMERADOS URBANOS MAIS AFASTADOS (COMUNIDADES, POVOADOS E DISTRITOS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARAPORÃ E CONSTRUTORA REMO LTDA.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE ARAPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 23.098.510/0001-49, com sede à Rua José Inácio Ferreira, nº 58, Bairro Centro, Município de Araporã, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu(sua) Prefeito(a) Ronaldo Sandre, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO


**1.1.** Constitui objeto do presente termo a contratação de sociedade empresária especializada para a prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva do Município de Araporã-MG, englobando o Perímetro Urbano, Zona Rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos), com fornecimento de Materiais, Equipamentos e Mão de Obra, conforme especificações e condições descritas nos Anexos que integram o edital da licitação e proposta da contratada que ora passam a fazer parte deste instrumento independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

**1.2.** Os Serviços poderão ser executados em: avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos e áreas publicas, e monumentos históricos do Município de Araporã-MG.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

**2.1.** O presente contrato tem o valor global de R\$80.564,40 (oitenta mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) pelo período de 12 (doze) meses, consubstanciando-se em 12 parcelas iguais e mensais no valor de R\$ 6.712,20 (seis mil, setecentos e doze reais e vinte centavos) conforme proposta apresentada que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

**2.2.** As despesas referentes aos serviços objeto deste contrato serão suportadas pela dotação orçamentária nº 02.10.01.15.452.0046.02.152.3.3.90.39.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482









**CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO**

3.1. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições deste Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo CONTRATANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.3. Farão parte integrante do Contrato as condições previstas neste Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário e, ainda, o Termo Operativo assinado entre o Município e a Concessionária Local do qual se dá conhecimento a CONTRATADA neste ato.

3.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e condições definidos no artigo 57 da Lei 8.666/93.

3.5. A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de empreitada por preço global.

**3.6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS:**

3.6.1. Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da apresentação da proposta.

3.6.2. O índice de reajustamento será aquele apurado pela Fundação Getúlio Vargas, através do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM apurado no período.

3.6.3. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual dos serviços.

3.6.4. As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas caso ocorra a superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro, conforme item 3.6.2.

3.6.5. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 65, inciso II, letra “d” da Lei 8.666/93. O equilíbrio econômico-financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços do(s) serviços (s), devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Município.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

*[assinatura]*  
Alexandro de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

#### 4.1. PAGAMENTO:

4.1.1. Os pagamentos serão realizados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal, desde que caracterizado o recebimento definitivo dos serviços, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela contratada ou outro método de pagamento acordado.

4.1.1.1. Setor competente da CONTRATANTE a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados.

4.1.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.1.2. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento e ou de penalidades aplicadas em definitivo, conforme disposição legal.

4.1.2.1. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.1.3. Dos valores apresentados serão deduzidos as retenções legais sob responsabilidade do CONTRATANTE.

4.1.4. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas ao CONTRATANTE, em 3 (três) vias, conforme rateio informado no Termo de Referência, a qual deverá ser visada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.1.5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do Município, tomador dos serviços referentes à presente contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nas alíneas "a" e "b", supra, conforme determinações do INSS.

4.2.7. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas nos valores a serem recebidos pela empresa ou inexistindo estes por meio dos meios cabíveis aplicáveis.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

  
Santos



  
Emp



SETOR DE LICITAÇÕES
Folha nº 1120
Visto Rosângela

## 5.1. DO LOCAL:

5.1.1. Os serviços serão executados dentro do território do CONTRATANTE compreendendo zona urbana, zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos). O serviço de manutenção deverá ser executado diariamente, conforme solicitações dos Municípios, do Município ou dos Serviços de Ronda.

## 5.2. DOS PRAZOS:

5.2.1. Quanto aos serviços de manutenção do sistema de IP, o prazo para recuperação de qualquer ponto com defeito no perímetro urbano da cidade será de até **120 (cento e vinte) horas** contando do recebimento da reclamação por contribuintes ou da solicitação do Município. Na zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos) será de até **168 (cento e sessenta e oito) horas**.

### 5.2.2. Detalhamento quanto aos PRAZOS PARA ATENDIMENTO:

a) **120 (cento e vinte) horas** a partir do recebimento da solicitação para executar os serviços de Manutenção Corretiva, podendo o Município solicitar atendimento em **48 (quarenta e oito) horas úteis** em até 10% (dez por cento) das solicitações recebidas diariamente.

b) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para o lançamento no sistema informatizado após a execução dos Serviços de Manutenção.

c) **72 (setenta e duas) horas úteis** para a substituição ou correção de posição ou instalação de ponto de IP a partir da constatação pela ronda ou solicitação do Município.

d) **240 (duzentos e quarenta) horas úteis** para os Serviços de Manutenção Preventiva, podendo ser ampliado a critério exclusivo do Município.


e) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em região central ou bairro.


f) **48 (quarenta e oito) horas úteis** para correção de ponto isolado aceso durante o dia em região central ou bairro.

g) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais acesos durante o dia em região central ou bairro.

h) **168 (cento e sessenta e seis) horas** para correção de ponto isolado apagado durante a noite em zona rural ou aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

i) **96 (noventa e seis) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em zona rural ou aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

  
Dantas

  
Euf

5.2.2.1. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste item fará jus a Multa, aplicada nos termos do previsto no item 13 deste Edital, quando não se constituir em outras penalidades.

### 5.3. Prazo para levantamento do cadastro dos pontos de IP:

5.3.1. O prazo para Levantamento Completo e relato ao CONTRATANTE, para que esta efetue a Implantação no Sistema Informatizado do Cadastro completo dos Pontos de IP existentes na cidade, será de **até 90 (noventa) dias** após a data de emissão da Ordem de Serviço.

### 5.4. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.4.1. Caso, ao final da execução, a aceitação da obra esteja vinculada ao recebimento da mesma por parte da Concessionária Local, a garantia da obra e qualquer adequação por ela imposta, estará sujeita às normas e exigências da concessionária e à Legislação em vigor.

5.4.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para o CONTRATANTE.

5.4.3. Todos os serviços executados pela contratada no Sistema de Iluminação Pública deverão ser garantidos nos prazos da Legislação vigente, contados a partir da data de conclusão e consequente aceitação.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 6.1 - Obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer mão de obra qualificada e compatível com os serviços contratados. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer ferramental necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva).

6.1.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas sistema elétrico em observâncias às regulamentações atinentes aos serviços.

6.1.3. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, dentro dos padrões de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade.

6.1.4. Respeitar as normas estabelecidas pela Concessionária Local e Órgãos Municipais.

6.1.5. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CIDES, ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

6.1.6. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto, que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela CONTRATADA. Competirá, igualmente à CONTRATADA, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela

Alexandro de Souza Parva  
OAB/MG nº 148.482

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

**6.1.7.** Cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

**6.1.8.** Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais.

**6.1.9.** Resguardar o CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

**6.1.10.** Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

**6.1.11.** Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o CONTRATANTE e com o CIDES, acatando as orientações e decisões da Fiscalização.

**6.1.12.** Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de serviços que possam afetar tal deslocamento.

**6.1.13.** Garantir a posse de todos equipamentos, materiais, veículos e pessoal indicados no Termo de Referência deste procedimento.

**6.1.14.** Fornecer ao Setor competente do CONTRATANTE, um planejamento detalhado da execução dos serviços.

**6.1.15.** Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão de obra necessária à prestação de todos os serviços. Os materiais deverão obedecer às especificações contidas nas normas técnicas do setor, podendo o Setor competente do CONTRATANTE realizar vistoria antes da utilização dos mesmos no emprego dos serviços a serem desenvolvidos.

**6.1.16.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**7.1.** Indicar servidor para funcionar como interlocutor junto à empresa contratada.

**7.2.** Nomear servidor para fiscalização do contrato.

**7.3.** Efetuar os pagamentos nas formas e condições aprezadas.

**7.4.** Fornecer os documentos e informações necessárias aos desenvolvimentos dos serviços.

Alexandro de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

7.5. Garantir a contratação a fidelidade das informações e acesso a documentação técnica para que os serviços se desenvolvam sem percalços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CIDES

8.1. O CIDES nomeará um responsável técnico, ao qual será designado as seguintes atribuições:

- a) Acompanhamento, por amostragem, dos trabalhos realizados pela Contratada;
- b) Realizar visitas periódicas aos Municípios para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, mediante emissão de relatório técnico, o qual deverá ser encaminhado tanto para o Município como para a Contratada;
- c) Emitir comunicados, notificações e advertências à Contratada no caso dos serviços prestados estarem em desacordo com as condições pactuadas, sugerindo prazo para o saneamento das inconformidades não atestadas/encontradas pelo preposto do Município;
- d) Realizar, mediante agendamento prévio, encontros/reuniões técnicas juntamente com os prepostos do Município e da Contratada com vistas à otimização dos recursos disponibilizados e obtenção de melhorias técnicas na execução dos serviços;
- e) Atuar junto ao Município e à Contratada para o saneamento de dúvidas técnicas e fornecimentos sugestões no que tange ao acompanhamento da execução do contrato;
- f) Responder a consultas de aspectos técnicos realizadas pelo Município referentes à execução dos serviços contratados via e-mail ou telefone;
- g) Quando necessário e solicitado pelo Município, emitir pareceres técnicos referentes à execução dos serviços contratados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data do envio do pedido, de forma que os pedidos só poderão ser feitos formalmente pelo Município (fax ou e-mail);
- h) Mediante solicitação e agendamento prévio do Município, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, comparecer ao Município para acompanhamento da execução dos serviços prestados pela Contratada;
- i) Elaborar relatório mensal de todas as atividades desenvolvidas, os quais deverão ser entregues ao Município em até 5 (cinco) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. **POR FALHAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (ÍNDICE DE FALHAS) - PENALIDADES POR VIOLAÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE:** sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes multas por violação dos Índices de Qualidade, após um período mínimo de 90 (noventa) dias do início do gerenciamento completo do Sistema de Iluminação Pública no CONTRATANTE.

Alexandro de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



9.2. Pelo não atendimento a um item de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 20 (vinte) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.3. Pelo não atendimento a dois itens de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 25 (vinte e cinco) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.4. Pelo não atendimento a três itens de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.5. Pelo não atendimento ao item de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Continuidade da Iluminação: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.6. Pelo não atendimento dos prazos previstos no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, relativo à Qualidade da Intervenção na Rede de iluminação: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência, para cada violação.

9.6.1 - As Multas pecuniárias descritas neste item não isentam a CONTRATADA de receber outras penalidades ou sanções administrativas de acordo com os procedimentos adotados pelo Município e com o Diploma Legal pertinente.

#### 9.7 - De Outras Penalidades ou Sanções Administrativas:

9.7.1 - Pela inexecução, total ou parcial, do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

a) multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada esta a 5 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a CONTRATANTE correspondente pelo prazo de 1 (um ano);

c) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a CONTRATANTE correspondente pelo prazo de 2 (dois anos).

9.7.2 - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

9.7.3 - Pela recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, inaplicável aos licitantes convocados nos termos do parágrafo 2º, do artigo 64, da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.8 - O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

a) Por infração a qualquer de suas cláusulas;

b) Pedido de concordata, falência ou dissolução da CONTRATADA;

c) Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso do CONTRATANTE;

d) Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato.

9.9 - O CONTRATANTE poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.10 - As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

9.11 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

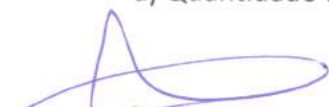
9.12 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

9.13 - As demais sanções são de competência exclusiva da autoridade superior do órgão de fiscalização do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RELATÓRIOS

10.1 - A empresa contratada deverá apresentar até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, ou quando solicitada, a cada Município individualmente e ao CIDES, relatório mensal contendo:

a) Quantidade de Pontos de IP mantidos com identificação dos locais durante o mês;

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482





- b) Quantidade de atendimentos de solicitações para manutenção de Pontos de IP lançados no sistema pelo Call Center através de reclamações recebidas durante o mês;
- c) Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados por ronda da própria CONTRATADA durante o mês;
- d) Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados pela própria Fiscalização e por esta solicitados durante o mês;
- e) Quantidade em estoque no Almoxarifado da CONTRATADA de material novo a ser aplicado na data;
- f) Quantidade em estoque no Almoxarifado da CONTRATADA de material retirado a disposição do Município na data;
- g) Quantidade de material Classe I nocivo ao meio ambiente que foi retirado para acondicionamento e destinação final na data;
- h) Quantidade de pontos recuperados de IP através de limpeza e manutenção corretiva em luminárias durante o mês;
- i) Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.
- j) Todos os insumos que originam relatórios deverão ficar à disposição da Fiscalização, para conferência "in loco".

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO DO CONTRATO

12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

12.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

12.2. É vedada a cessão deste contrato sem expressa e justificada anuência do CONTRATANTE.

12.3. Somente será permitida a cessão em casos de interesse público.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

  
Paulo Roberto

  
Eng

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Araporã-MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Araporã-MG, 30 de dezembro de 2014.



RONALDO SANDRE  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE



SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

Testemunha 1

Ass.: Erivone

Nome: Erivone C.M. Pedrosa

C.I.: 7133537 SSP/MG

CPF: 010.329.166-05

Testemunha 2

Ass.: Mayane Santos

Nome: Mayane Santos

C.I.: 11.867.697 SSP/MG

CPF: 064.917.266-30

## Protocolo

Ilmo. Sr. RONALDO SANDRE	Data
	30/12/2014
Refere-se à entrega de: 03 VIAS DO CONTRATO COM A CONSTRUTORA REMO – MANUTENÇÃO DOS ATIVOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA/2014 ; 02 VIAS DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO DA CEMIG PARA O MUNICÍPIO 2014	
OBS: COLHER ASSINATURAS DAS 03 VIAS DO CONTRATO Nº _____/2014 E DEVOLVER TODAS AS VIAS PARA O CIDES AOS CUIDADOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA.	Recebi, em <u>30/12/14</u>
Obs: as vias dos termo de transferência do parque de iluminação da CEMIG deverá ser encaminhado diretamente aos cuidados do Sr. Florivam.	Carimbo ou Assinatura Legível <i>Florivam Antonio dos Santos</i>

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2014.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.260.489/0001-04, com sede à Praça Antônio Alves Faria, s/nº, Bairro Centro, Município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de sua Prefeita Edilamar Novais Borges, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da cláusula 12.1 do contrato original, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

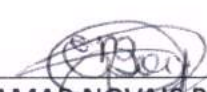
"12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente."


**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

2.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.

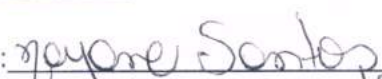
E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Tupaciguara-MG, 31 de dezembro de 2014.

  
EDILAMAR NOVAIS BORGES  
PREFEITA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

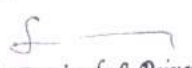
  
SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

**Testemunha 1**

Ass.:   
Nome: Mayone Santos  
C.I.: 11.887.687 SSP-MG  
CPF: 064.917.266-30

**Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
C.I.: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

  
Alexandre Ferreira da S. Paiva  
OAB/MG nº 143.400

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2014.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE CENTRALINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.260.497/0001-42, com sede à Praça Alceu Virgílio dos Santos, nº 01, Bairro Centro, Município de Centralina, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Elson Martins de Medeiros, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração das cláusulas 12.1 e 13.1 do contrato original, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

“12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.”

“13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Canápolis-MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.”

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

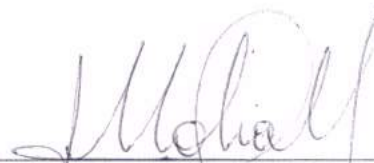
2.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Canápolis-MG, 31 de dezembro de 2014.



ELSON MARTINS DE MEDEIROS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE



SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

**Testemunha 1**

Ass.: *Mayone Sontes*  
Nome: *Mayone Sontes*  
C.I.: *11.867.697-SSP-MG*  
CPF: *064.917.266-30*

**Testemunha 2**

Ass.: *Camilla Martins de Souza*  
Nome: *Camilla Martins de Souza*  
C.I.: *MG. 12.542.073*  
CPF: *067.489.336-73*

*Alexandre Ferreira da S. Parva*  
OAB/MG nº 143.400



CONTRATO Nº 110/2014 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA ENGLOBANDO O PERÍMETRO URBANO, ZONA RURAL E AGLOMERADOS URBANOS MAIS AFASTADOS (COMUNIDADES, POVOADOS E DISTRITOS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA E CONSTRUTORA REMO LTDA.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.457.226/0001-81, com sede à Av. Reinaldo Franco de Moraes, nº 1455, Bairro Centro, Município de Santa Vitória, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu(sua) Prefeito(a) Genésio Franco de Moraes Neto, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo a contratação de sociedade empresária especializada para a prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva do Município de Santa Vitória-MG, englobando o Perímetro Urbano, Zona Rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos), com fornecimento de Materiais, Equipamentos e Mão de Obra, conforme especificações e condições descritas nos Anexos que integram o edital da licitação e proposta da contratada que ora passam a fazer parte deste instrumento independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. Os Serviços poderão ser executados em: avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos e áreas publicas, e monumentos históricos do Município de Santa Vitória-MG.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O presente contrato tem o valor global de R\$229.806,72 (duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e seis reais e setenta e dois centavos) pelo período de 12 (doze) meses, consubstanciando-se em 12 parcelas iguais e mensais no valor de R\$ 19.150,56 (dezenove mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) conforme proposta apresentada que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

2.2. As despesas referentes aos serviços objeto deste contrato serão suportadas pela dotação orçamentária nº 02.04.25.752.1007.2056.3.3.90.39.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482







**CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO**

**3.1.** O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições deste Edital e pelos preceitos do direito público.

**3.2.** O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo CONTRATANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

**3.3.** Farão parte integrante do Contrato as condições previstas neste Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário e, ainda, o Termo Operativo assinado entre o Município e a Concessionária Local do qual se dá conhecimento a CONTRATADA neste ato.

**3.4.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e condições definidos no artigo 57 da Lei 8.666/93.

**3.5.** A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de empreitada por preço global.

**3.6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS:**

**3.6.1.** Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da apresentação da proposta.

**3.6.2.** O índice de reajustamento será aquele apurado pela Fundação Getúlio Vargas, através do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM apurado no período.

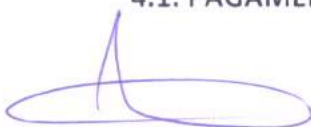
**3.6.3.** Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual dos serviços.

**3.6.4.** As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas caso ocorra a superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro, conforme item 3.6.2.

**3.6.5.** Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 65, inciso II, letra “d” da Lei 8.666/93. O equilíbrio econômico-financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços do(s) serviço(s), devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Município.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

**4.1. PAGAMENTO:**



Alexandro de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials and signature]*

4.1.1. Os pagamentos serão realizados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal, desde que caracterizado o recebimento definitivo dos serviços, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela contratada ou outro método de pagamento acordado.

4.1.1.1. Setor competente da CONTRATANTE a ser indicado como gestor destes serviços terá o prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, para se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados.

4.1.1.2. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.1.2. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento e ou de penalidades aplicadas em definitivo, conforme disposição legal.

4.1.2.1. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.1.3. Dos valores apresentados serão deduzidos as retenções legais sob responsabilidade do CONTRATANTE.

4.1.4. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas ao CONTRATANTE, em 3 (três) vias, conforme rateio informado no Termo de Referência, a qual deverá ser visada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.1.5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do Município, tomador dos serviços referentes à presente contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nas alíneas "a" e "b", supra, conforme determinações do INSS.

4.2.7. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas nos valores a serem recebidos pela empresa ou inexistindo estes por meio dos meios cabíveis aplicáveis.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

##### 5.1. DO LOCAL:

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482





5.1.1. Os serviços serão executados dentro do território do CONTRATANTE compreendendo zona urbana, zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos). O serviço de manutenção deverá ser executado diariamente, conforme solicitações dos Municípios, do Município ou dos Serviços de Ronda.

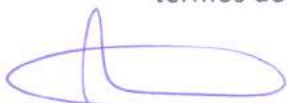
## 5.2. DOS PRAZOS:

5.2.1. Quanto aos serviços de manutenção do sistema de IP, o prazo para recuperação de qualquer ponto com defeito no perímetro urbano da cidade será de até **120 (cento e vinte) horas** contando do recebimento da reclamação por contribuintes ou da solicitação do Município. Na zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos) será de até **168 (cento e sessenta e oito) horas**.

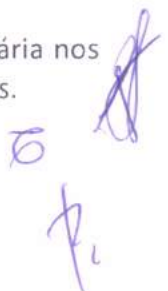
### 5.2.2. Detalhamento quanto aos PRAZOS PARA ATENDIMENTO:

- a) **120 (cento e vinte) horas** a partir do recebimento da solicitação para executar os serviços de Manutenção Corretiva, podendo o Município solicitar atendimento em **48 (quarenta e oito) horas úteis** em até 10% (dez por cento) das solicitações recebidas diariamente.
- b) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para o lançamento no sistema informatizado após a execução dos Serviços de Manutenção.
- c) **72 (setenta e duas) horas úteis** para a substituição ou correção de posição ou instalação de ponto de IP a partir da constatação pela ronda ou solicitação do Município.
- d) **240 (duzentos e quarenta) horas úteis** para os Serviços de Manutenção Preventiva, podendo ser ampliado a critério exclusivo do Município.
- e) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em região central ou bairro.
- f) **48 (quarenta e oito) horas úteis** para correção de ponto isolado aceso durante o dia em região central ou bairro.
- g) **24 (vinte e quatro) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais acesos durante o dia em região central ou bairro.
- h) **168 (cento e sessenta e seis) horas** para correção de ponto isolado apagado durante a noite em zona rural ou aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).
- i) **96 (noventa e seis) horas úteis** para correção de conjunto de 03 (três) ou mais pontos sequenciais apagados durante a noite em zona rural ou aglomerados urbanos mais afastados (Comunidades, Povoados e Distritos).

5.2.2.1. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste item fará jus a Multa pecuniária nos termos do previsto no item 13 deste Edital, quando não se constituir em outras penalidades.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482





### 5.3. Prazo para levantamento do cadastro dos pontos de IP:

5.3.1. O prazo para Levantamento Completo e relato ao CONTRATANTE, para que esta efetue a Implantação no Sistema Informatizado do Cadastro completo dos Pontos de IP existentes na cidade, será de **até 90 (noventa) dias** após a data de emissão da Ordem de Serviço.

### 5.4. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.4.1. Caso, ao final da execução, a aceitação da obra esteja vinculada ao recebimento da mesma por parte da Concessionária Local, a garantia da obra e qualquer adequação por ela imposta, estará sujeita às normas e exigências da concessionária e à Legislação em vigor.

5.4.2. Toda e qualquer alteração que venha a ser necessária em qualquer obra/serviço realizado seja por exigência da Concessionária ou por inadequação de métodos executivos ou materiais/peças/equipamentos utilizados/aplicados pela contratada, esta se compromete a reparar imediatamente, sem qualquer ônus ou despesa adicional para o CONTRATANTE.

5.4.3. Todos os serviços executados pela contratada no Sistema de Iluminação Pública deverão ser garantidos nos prazos da Legislação vigente, contados a partir da data de conclusão e consequente aceitação.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 6.1 - Obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer mão de obra qualificada e compatível com os serviços contratados. Todo pessoal deverá dispor de todo e qualquer ferramental necessário à perfeita execução de qualquer serviço, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva).

6.1.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas sistema elétrico em observância às regulamentações atinentes aos serviços.

6.1.3. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, dentro dos padrões de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade.

6.1.4. Respeitar as normas estabelecidas pela Concessionária Local e Órgãos Municipais.

6.1.5. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CIDES, ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

6.1.6. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto, que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela CONTRATADA. Competirá, igualmente à CONTRATADA, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução

dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

**6.1.7.** Cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

**6.1.8.** Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento que constar na Planilha de Materiais.

**6.1.9.** Resguardar o CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

**6.1.10.** Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

**6.1.11.** Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o CONTRATANTE e com o CIDES, acatando as orientações e decisões da Fiscalização.

**6.1.12.** Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de serviços que possam afetar tal deslocamento.

**6.1.13.** Garantir a posse de todos equipamentos, materiais, veículos e pessoal indicados no Termo de Referência deste procedimento.

**6.1.14.** Fornecer ao Setor competente do CONTRATANTE, um planejamento detalhado da execução dos serviços.

**6.1.15.** Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão de obra necessária à prestação de todos os serviços. Os materiais deverão obedecer às especificações contidas nas normas técnicas do setor, podendo o Setor competente do CONTRATANTE realizar vistoria antes da utilização dos mesmos no emprego dos serviços a serem desenvolvidos.

**6.1.16.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

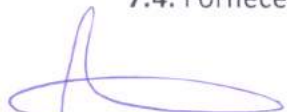
**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** Indicar servidor para funcionar como interlocutor junto à empresa contratada.

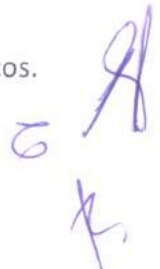
**7.2.** Nomear servidor para fiscalização do contrato.

**7.3.** Efetuar os pagamentos nas formas e condições aprezadas.

**7.4.** Fornecer os documentos e informações necessárias aos desenvolvimentos dos serviços.

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

  
Sontes



7.5. Garantir a contratação a fidelidade das informações e acesso a documentação técnica para que os serviços se desenvolvam sem percalços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CIDES

8.1. O CIDES nomeará um responsável técnico, ao qual será designado as seguintes atribuições:

- a) Acompanhamento, por amostragem, dos trabalhos realizados pela Contratada;
- b) Realizar visitas periódicas aos Municípios para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, mediante emissão de relatório técnico, o qual deverá ser encaminhado tanto para o Município como para a Contratada;
- c) Emitir comunicados, notificações e advertências à Contratada no caso dos serviços prestados estarem em desacordo com as condições pactuadas, sugerindo prazo para o saneamento das inconformidades não atestadas/encontradas pelo preposto do Município;
- d) Realizar, mediante agendamento prévio, encontros/reuniões técnicas juntamente com os prepostos do Município e da Contratada com vistas à otimização dos recursos disponibilizados e obtenção de melhorias técnicas na execução dos serviços;
- e) Atuar junto ao Município e à Contratada para o saneamento de dúvidas técnicas e fornecimentos sugestões no que tange ao acompanhamento da execução do contrato;
- f) Responder a consultas de aspectos técnicos realizadas pelo Município referentes à execução dos serviços contratados via e-mail ou telefone;
- g) Quando necessário e solicitado pelo Município, emitir pareceres técnicos referentes à execução dos serviços contratados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data do envio do pedido, de forma que os pedidos só poderão ser feitos formalmente pelo Município (fax ou e-mail);
- h) Mediante solicitação e agendamento prévio do Município, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, comparecer ao Município para acompanhamento da execução dos serviços prestados pela Contratada;
- i) Elaborar relatório mensal de todas as atividades desenvolvidas, os quais deverão ser entregues ao Município em até 5 (cinco) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. **POR FALHAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (ÍNDICE DE FALHAS) - PENALIDADES POR VIOLAÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE:** sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes multas por violação dos Índices de Qualidade, após um período mínimo de 90 (noventa) dias do início do gerenciamento completo do Sistema de Iluminação Pública no CONTRATANTE.

9.2. Pelo não atendimento a um item de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 20 (vinte) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.3. Pelo não atendimento a dois itens de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 25 (vinte e cinco) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.4. Pelo não atendimento a três itens de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Manutenção: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.5. Pelo não atendimento ao item de controle (a cada inspeção) relativo ao Critério da Qualidade do Serviço, previsto no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, sobre a medição da Qualidade da Continuidade da Iluminação: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência.

9.6. Pelo não atendimento dos prazos previstos no item 8, do Anexo II – Especificações Técnicas, relativo à Qualidade da Intervenção na Rede de iluminação: Valor correspondente ao faturamento mensal de 30 (trinta) pontos luminosos, pelos serviços relativos ao funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, no mês da ocorrência, para cada violação.

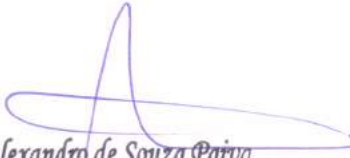
9.6.1 - As Multas pecuniárias descritas neste item não isentam a CONTRATADA de receber outras penalidades ou sanções administrativas de acordo com os procedimentos adotados pelo Município e com o Diploma Legal pertinente.

**9.7 - De Outras Penalidades ou Sanções Administrativas:**

9.7.1 - Pela inexecução, total ou parcial, do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

a) multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada esta a 5 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a CONTRATANTE correspondente pelo prazo de 1 (um ano);

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

  
Santos



c) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a CONTRATANTE correspondente pelo prazo de 2 (dois anos).

**9.7.2** - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

**9.7.3** - Pela recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, inaplicável aos licitantes convocados nos termos do parágrafo 2º, do artigo 64, da Lei Federal nº. 8.666/93.

**9.8** - O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

a) Por infração a qualquer de suas cláusulas;

b) Pedido de concordata, falência ou dissolução da CONTRATADA;

c) Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expreso aviso do CONTRATANTE;

d) Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato.

**9.9** - O CONTRATANTE poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**9.10** - As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**9.11** - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**9.12** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

**9.13** - As demais sanções são de competência exclusiva da autoridade superior do órgão de fiscalização do Contrato.



#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RELATÓRIOS

**10.1** - A empresa contratada deverá apresentar até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, ou quando solicitada, a cada Município individualmente e ao CIDES, relatório mensal contendo:

a) Quantidade de Pontos de IP mantidos com identificação dos locais durante o mês;

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

  
Bontes



- b) Quantidade de atendimentos de solicitações para manutenção de Pontos de IP lançados no sistema pelo Call Center através de reclamações recebidas durante o mês;
- c) Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados por ronda da própria CONTRATADA durante o mês;
- d) Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados pela própria Fiscalização e por esta solicitados durante o mês;
- e) Quantidade em estoque no Almoxarifado da CONTRATADA de material novo a ser aplicado na data;
- f) Quantidade em estoque no Almoxarifado da CONTRATADA de material retirado a disposição do Município na data;
- g) Quantidade de material Classe I nocivo ao meio ambiente que foi retirado para acondicionamento e destinação final na data;
- h) Quantidade de pontos recuperados de IP através de limpeza e manutenção corretiva em luminárias durante o mês;
- i) Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.
- j) Todos os insumos que originam relatórios deverão ficar à disposição da Fiscalização, para conferência "in loco".

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES**

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO DO CONTRATO**

12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

12.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

12.2. É vedada a cessão deste contrato sem expressa e justificada anuência do CONTRATANTE.

12.3. Somente será permitida a cessão em casos de interesse público.

Alexandro de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

Sontes

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten mark

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Santa Vitória-MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Santa Vitória-MG, 31 de dezembro de 2014.

  
 \_\_\_\_\_  
**GENÉSIO FRANCO DE MORAIS NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
 CONTRATANTE

  
 \_\_\_\_\_  
**SÉRGIO MOHALLEM**  
**CONSTRUTORA REMO LTDA.**  
 CONTRATADA

**Testemunha 1**

Ass.: Camilla Martins de Sousa

Nome: Camilla Martins de Sousa

C.I.: MG-12.542.078

CPF: 067.489.386-78

**Testemunha 2**

Ass.: Regiane Santos

Nome: Regiane Santos

C.I.: 11.867.697 SSP/ MG

CPF: 067.917.066-30

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 245/2014.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.457.291/0001-07, com sede à Rua 30, nº 296, Bairro Centro, Município de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Reinaldo Assunção Tannús, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da cláusula 12.1 do contrato original, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

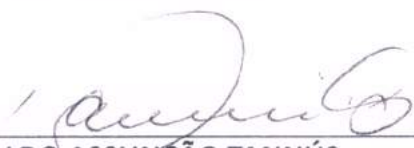
“12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.”

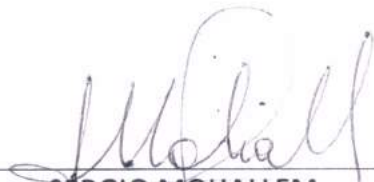
**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

2.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.

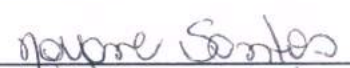
E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Campina Verde-MG, 31 de dezembro de 2014.

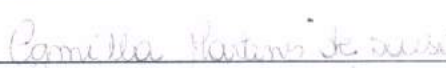
  
REINALDO ASSUNÇÃO TANNÚS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

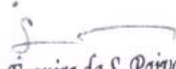
  
SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

Testemunha 1

Ass.:   
Nome: Naurine Sontes  
C.I.: 11.867.697 SSP-MG  
CPF: 064.917.266-30

Testemunha 2

Ass.:   
Nome: Camilla Martins de Jesus  
C.I.: Matr. 12.542.078  
CPF: 067.489.386-78

  
Alexandre Ferreira da S. Paiva  
OAB/MG nº 143.400

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 255/2014.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.431.155/0001-48, com sede à Av. 16 de Setembro, nº 34, Bairro Centro, Município de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Rodrigo de Alvim Mendonça, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da cláusula 12.1 do contrato original, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

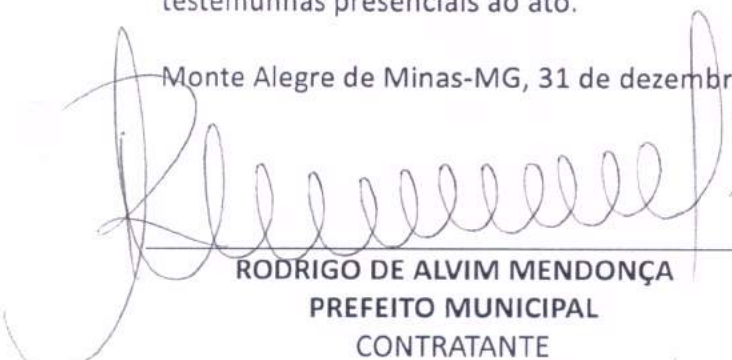
“12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.”


**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

2.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.


E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Monte Alegre de Minas-MG, 31 de dezembro de 2014.


  
RODRIGO DE ALVIM MENDONÇA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE


  
SÉRGIO MOHALLEM  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

**Testemunha 1**

Ass.:   
Nome: Mayone Sontes  
C.I.: 11.867.651-55 PMG  
CPF: 004 917-266-30

**Testemunha 2**

Ass.:   
Nome: Camilla Martins de Souza  
C.I.: MG. 12 543 078  
CPF: 007 484 386-78

  
Alexandre de Souza Paiva  
OAB/MG nº 148.482

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 266/2014.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE ARAPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 23.098.510/0001-49, com sede à Rua José Inácio Ferreira, nº 58, Bairro Centro, Município de Araporã, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Ronaldo Sandre, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

**1.1.** Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração das cláusulas 12.1 e 13.1 do contrato original, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

**"12.1.** Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente."

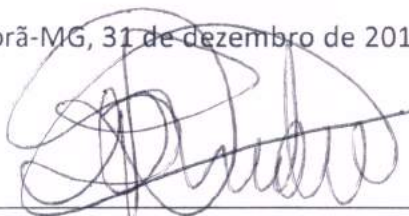
**"13.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Tupaciguara-MG, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato."

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**2.1.** Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Araporã-MG, 31 de dezembro de 2014.



**RONALDO SANDRE**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**CONTRATANTE**




**SÉRGIO MOHALLEM**  
**CONSTRUTORA REMO LTDA.**  
**CONTRATADA**

**Testemunha 1**

Ass.: Mayone Sontes  
Nome: Mayone Sontes  
C.I.: 11.867.697 SSP-MG  
CPF: 064.917.266-30

**Testemunha 2**

Ass.: Camilla Martins da Silva  
Nome: Camilla Martins da Silva  
C.I.: 107.12542078  
CPF: 087.481.386-73

  
**Alexandre Ferreira da S. Paiva**  
**OAB/MG nº 143.400**

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2014.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.457.200/0001-33, com sede à Praça 19 de Março, nº 417, Bairro Centro, Município de Canápolis, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Diógenes Roberto Borges, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

**1.1.** Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da cláusula 2.2 da Cláusula Segunda do contrato original, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

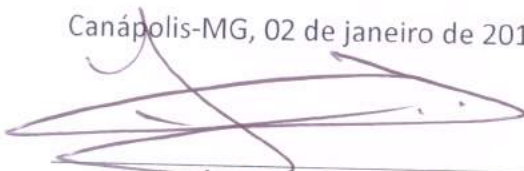
**"2.2.** As despesas referentes aos serviços objeto deste contrato serão suportadas pela dotação orçamentária nº. 02.08.01.15.122.0014.2039.3.3.90.39".

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**2.1.** Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Canápolis-MG, 02 de janeiro de 2015.



**DIÓGENES ROBERTO BORGES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**CONTRATANTE**



**SÉRGIO MOHALLEM**  
**CONSTRUTORA REMO LTDA.**  
**CONTRATADA**

**Testemunha 1**

Ass.: Rayone Santos  
Nome: Rayone Santos  
C.I.: 25.11.807.097  
CPF: 064.917.266-00

**Testemunha 2**

Ass.: Camilla Martins de Sousa  
Nome: Camilla Martins de Sousa  
C.I.: MG 12.542.078  
CPF: 067.489.386-78

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 170/2014.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.457.226/0001-81, com sede à Av. Reinaldo Franco de Moraes, nº 1455, Bairro Centro, Município de Santa Vitória, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por de seu Prefeito Genésio Franco de Moraes Neto, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa Construtora Remo Ltda., estabelecida à Avenida Francisco Sales, nº 1.838, 1º Andar, Bairro São Lucas, Belo Horizonte-MG, CNPJ nº 18.225.557/0001-96, pelo seu representante infra-assinado Sr. Sérgio Mohallem, CPF nº 102.478.906-34, RG nº 6.683/D CREA, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 04/2014 - Pregão nº 01/2014**, firmam o presente termo aditivo ao contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO**

1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da cláusula 12.1 do contrato original, passando assim a vigorar com a seguinte redação:

"12.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente."

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

2.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições previstas no contrato de origem.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Santa Vitória-MG, 02 de janeiro de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
**GENÉSIO FRANCO DE MORAIS NETO**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

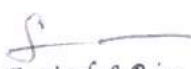
  
\_\_\_\_\_  
**SÉRGIO MOHALLEM**  
CONSTRUTORA REMO LTDA.  
CONTRATADA

**Testemunha 1**

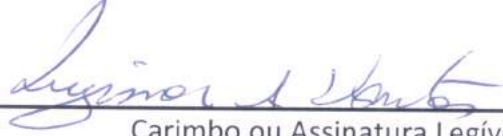
Ass.: *Mayone Santos*  
Nome: Mayone Santos  
C.I.: 11.867.687 SSP/MG  
CPF: 064.917.266-30

**Testemunha 2**

Ass.: *Camilla Martins de Jesus*  
Nome: Camilla Martins de Jesus  
C.I.: MG 12.542.078  
CPF: 037.437.386-78

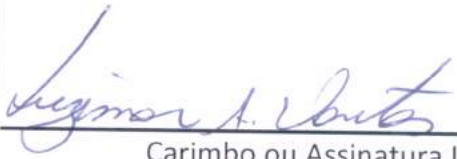
  
**Alexandre Ferreira da S. Paiva**  
OAB/MG nº 143.400

## Protocolo

Ilmo. Sr. JOSÉ MÁRCIO STORTI	Data
	08/01/2015
Refere-se à entrega de:	
<ol style="list-style-type: none"><li>03 VIAS DO CONTRATO COM A CONSTRUTORA REMO LTDA- MANUTENÇÃO DOS ATIVOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA/2014 ;</li><li>02 VIAS DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO DA CEMIG PARA O MUNICÍPIO 2014</li></ol>	
<b>OBS: COLHER ASSINATURAS DAS 03 VIAS DO CONTRATO Nº198/2014 E DEVOLVER TODAS AS VIAS PARA O CIDES AOS CUIDADOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL.</b>	Recebi, em <u>09/01/15</u>
Obs: as vias dos termos de transferência do parque de iluminação da CEMIG deverão ser encaminhadas diretamente aos cuidados do Sr. Florivam. Caso, os documentos já tenham sido encaminhados à CEMIG, favor desconsiderar estas vias.	 Carimbo ou Assinatura Legível



## Protocolo

Ilmo. Sr. JOSÉ MÁRCIO STORTI	Data
	08/01/2015
Refere-se à entrega de:	
<ol style="list-style-type: none"><li>03 VIAS DO CONTRATO COM A CONSTRUTORA REMO LTDA- MANUTENÇÃO DOS ATIVOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA/2014 ;</li><li>02 VIAS DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO DA CEMIG PARA O MUNICÍPIO 2014</li></ol>	
OBS: COLHER ASSINATURAS DAS 03 VIAS DO CONTRATO Nº198/2014 E DEVOLVER TODAS AS VIAS PARA O CIDES AOS CUIDADOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL.	Recebi, em <u>09/01/15</u>
Obs: as vias dos termos de transferência do parque de iluminação da CEMIG deverão ser encaminhadas diretamente aos cuidados do Sr. Florivam. Caso, os documentos já tenham sido encaminhados à CEMIG, favor desconsiderar estas vias.	 Carimbo ou Assinatura Legível

Protocolo

Ilmo. Sr. WILLIAM DAMASCENO	Data
	08/01/2015
Refere-se à entrega de:  1. 03 VIAS DO CONTRATO COM A CONSTRUTORA REMO LTDA- MANUTENÇÃO DOS ATIVOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA/2014 ;  2. 02 VIAS DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO DA CEMIG PARA O MUNICÍPIO 2014	
<b>OBS: COLHER ASSINATURAS DAS 03 VIAS DO CONTRATO Nº198/2014 E DEVOLVER TODAS AS VIAS PARA O CIDES AOS CUIDADOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL.</b>	Recebi, em <u>08/01/2015</u>  <i>Agreste Junior do Silveira Junior</i> Carimbo ou Assinatura Legível
Obs: as vias dos termos de transferência do parque de iluminação da CEMIG deverão ser encaminhadas diretamente aos cuidados do Sr. Florivam. Caso, os documentos já tenham sido encaminhados à CEMIG, favor desconsiderar estas vias.	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS  
 TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CONSTRUTORA REMO LTDA**  
**CNPJ: 18.225.557/0001-96**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da fazenda pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 13:27:16 do dia 12/03/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/09/2015.

Código de controle da certidão: **007D.2FAC.701A.056D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Observações PGFN:**

Expede-se essa certidão por força das decisões judiciais proferidas nos autos dos processos 16163-48.2014.4.01.3800 e 5618-16.2014.4.01.3800.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



Of. 19/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Araporã referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
RONALDO SANDRE  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
ARAPORÃ- MG.**

RECEBI EM  
15/01/15

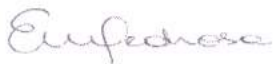
Of. 24/2015

Uberlândia, 15 de janeiro de 2015.

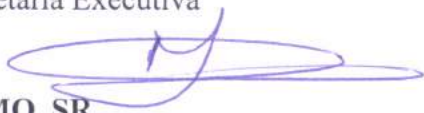
Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de manutenção corretiva e preventiva firmada com a Construtora Remo e o município de Cachoeira Dourada referente ao processo licitatório nº 04/2014 – Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.



Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva



**EXMO. SR.  
JOSÉ MARCIO STORTI  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
CACHOEIRA DOURADA - MG**

Of. 22/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Canápolis referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione Pedrosa*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
DIÓGENES ROBERTO BORGES  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
CANÁPOLIS- MG.**

*Recebi em 15/01/2015  
Atômio Souza  
Canápolis-MG*

Of. 17/2015

Uberlândia – MG, 15 de junho de 2015.

Senhora Prefeita,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Capinópolis referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione Cristina*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
DINAIR MARIA PEREIRA ISAAC  
DD.PREFEITA MUNICIPAL  
CAPINÓPOLIS- MG.**

*Recebi em 15/01/2015*

*Falduel - Enge Civil - Prefeitura de Capinópolis  
CEL. 9668 5367*

Of. 10/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Cascalho Rico referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,



Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
DARIO BORGES DE REZENDE  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
CASCALHO RICO- MG.**

Recbto: 15  
Gmca: 01  
2015



Of. 21/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Centralina referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione Pedrosa*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
ELSON MARTINS DE MEDEIROS  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
CENTRALINA- MG.**

*Recb, 15/01/15*  
*Elson*

Of. 16/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Estrela do Sul referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione Pedrosa*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
LYCURGO RAFAEL FARANI  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
ESTRELA DO SUL- MG.**

*recebi em  
15/01/15  
[Assinatura]*

Of. 06/2015

Uberlândia – MG, 15 de junho de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Grupiara referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,



Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva



**EXMO.SR.  
LUIZ CARLOS DAVI  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
GRUPIARA- MG.**

Of. 14/2015

Uberlândia – MG, 5 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Indianópolis referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione Pedrosa*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
SÉRGIO PAZINI  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
INDIANÓPOLIS- MG.**

*Recebi  
15.01.2015  
[Assinatura]*

Of. 15/2015

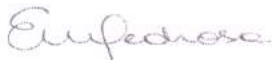
Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Iraí de Minas referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

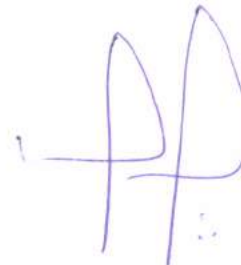
Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,



Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
ADOLFO IRINEU DE CARVALHO  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
IRAÍ DE MINAS- MG.**



Of. 13/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Ituiutaba referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
LUIZ PEDRO CORREA DO CARMO  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
ITUIUTABA- MG.**

Of. 07/2015

Uberlândia – MG, 15 de Junho de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Monte Carmelo referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,



Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
FAUSTO REIS NOGUEIRA  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
MONTE CARMELO- MG.**

Realizado em 15/06/15  
Fof

Of. 11/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Prata referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,



Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
ANUAR ARANTES AMUI  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
PRATA- MG.**

Recebido  
15/01/2015  
João Evangelista



Of. 20/2015

Uberlândia – MG, 15 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Santa Vitória referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
GENÉSIO FRANCO DE MORAIS NETO  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
SANTA VITÓRIA- MG.**

*[Handwritten signature]*  
15/01/15

Of. 30/2015

Uberlândia, 30 de Janeiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via de contrato de prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Monte Alegre de Minas referente ao processo licitatório nº 04/2014 – Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione Cristina*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO DR.  
RODRIGO ALVIM MENDONÇA  
DD. PREFEITO MUNICIPAL  
MONTE ALEGRE DE MINAS-MG**

*Recebido em 30/01/15*  
*[Assinatura]*  
1

Of. 09/2015

Uberlândia – MG, 03 de fevereiro de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Campina Verde referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,

*Ecione*

Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
REINALDO ASSUNÇÃO TANNÚS  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
CAMPINA VERDE- MG.**

Of. 18/2015

Uberlândia – MG, 03 de *Janeiro* de 2015.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos uma via do contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva firmado com a Construtora Remo e o município de Douradoquara referente ao processo licitatório nº 04/2014 - Pregão Presencial nº 01/2014.

Sem mais colocamo-nos ao dispor.

Atenciosamente,



Ecione Cristina Martins Pedrosa  
Secretária Executiva

**EXMO.SR.  
ADEMIR RAMOS RODRIGUES  
DD.PREFEITO MUNICIPAL  
DOURADOQUARA- MG.**